

“O assédio interrompe as carreiras das mulheres em razão dos desajustes no ambiente de trabalho”, diz juíza Bárbara Ferrito

Em webinar, juíza Bárbara Ferrito comenta pesquisa acerca das percepções sobre a violência e o assédio contra mulheres no ambiente profissional

(Agência Patrícia Galvão | 24/06/2021)

A sobrecarga do trabalho doméstico, especialmente no contexto pandêmico, no qual a conciliação entre trabalho e vida pessoal passou a coexistir em espaço e tempo, o subjugamento da capacidade intelectual feminina, a sexualização dos corpos e as discriminações decorrentes das relações de poder foram alguns dos assuntos tratados no webinar *Como se sentem e reagem as mulheres que já viveram situações de violência e assédio no trabalho?*. Realizado na última quarta-feira, dia 23 de junho, o evento contou com a participação da juíza do Trabalho Bárbara Ferrito, atual diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra1), e teve como base os dados da pesquisa *Percepções sobre a violência e o assédio contra mulheres no trabalho*, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Locomotiva e apoio da Laudes Foundation.

[Acesse a pesquisa completa aqui.](#)

De acordo com a pesquisa, conforme destacou a diretora de conteúdo do Instituto Patrícia Galvão, Marisa Sanematsu, 76% das trabalhadoras já sofreram situações de violência e assédio no trabalho, sendo as mais recorrentes a cobrança excessiva e xingamentos (40%) e convites de homens para sair ou insinuações constrangedoras (39%). Na avaliação da juíza

Bárbara Ferrito, os números demonstram o sofrimento das mulheres no trabalho em relação aos estereótipos machistas formados fora dele, fato que só reforça a necessidade dos temas serem extrapolados da esfera profissional.

Segundo a magistrada, no ambiente de trabalho, muitas vezes, as mulheres “são vistas como objetos sexuais, têm suas ideias apropriadas — o que gera apagamento intelectual”, e enfrentam a disparidade salarial baseada na desigualdade de gênero. Bárbara Ferrito salientou que o assédio interrompe as carreiras das mulheres em razão das discriminações no ambiente de trabalho. “Elas pedem transferência, pedem demissão”, lamentou.

A perspectiva de raça também norteou as falas de Bárbara, autora do livro [***Direitos e desigualdades: uma análise da discriminação das mulheres no mercado de trabalho a partir dos usos dos tempos.***](#)

Casos de abuso de grandes empresas em relação a clientes e empregados foram lembrados pela diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo. Quanto a isso, a juíza ressaltou que, assim como o assédio não diz respeito apenas à vítima e ao assediador, estes temas devem ser tratados com todos os trabalhadores da empresa, abrangendo diversos departamentos e, inclusive, sindicatos. “As soluções individuais não garantem resolução desses problemas, que são estruturais do mercado de trabalho”, enfatizou.

Para contribuir com a elaboração de políticas públicas de enfrentamento à violência e ao assédio no trabalho, o webinar também abordou a urgência da ratificação e implementação da Convenção 190, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no país. O tratado internacional que entra em vigor amanhã, dia 25 de junho, reconhece que a violência contra as mulheres também traz consequências e prejuízos ao mercado de trabalho, à economia, à produtividade e para o bem-estar social. Acerca disso, a juíza Bárbara Ferrito pontuou que “o documento é claro ao falar em tolerância zero” e que o “ambiente de trabalho não é ambiente para cantadas, elogios, para simulações”. Para a juíza, “devemos ser tratadas como profissionais que somos”.

Assista na íntegra ao webinar *Como se sentem e reagem as*

mulheres que já viveram situações de violência e assédio no trabalho?

Vejam também

Webinário: Violência e assédio contra mulheres no trabalho, com a participação de Cida Trajano - Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Vestuário (CNTRV/CUT); Luciana Campello - Gerente do programa Direitos e Trabalho da Laudes Foundation; Patrícia Maeda - Juíza do Tribunal Regional do Trabalho (15ª Região Campinas/SP); e Luiza Batista - Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD)

Ouça o episódio do Patrícia Galvão Podcast sobre violência, discriminações e desigualdades de gênero no trabalho, com a participação da procuradora do trabalho Adriane Reis de Araújo, atual titular da Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), do Ministério Público do Trabalho.

E assista ao **vídeo** Violência e desigualdades de gênero no trabalho, da Agência Patrícia Galvão.